

**Reflexões de um Akwẽ Xerente sobre a marginalização cultural e a discriminação
com os indígenas, na busca pela educação de qualidade**

**Reflections of an Akwẽ Xerente on cultural marginalization and discrimination
against indigenous people, in the pursuit of quality education**

Gustavo Kanokrã Xerente¹

UFT

Resumo: Este artigo é oriundo da dissertação de mestrado que tem como título a Língua e Portuguesa, desafios e percursos dos acadêmicos indígenas Akwẽ Xerente nos cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins/Campus de Porto Nacional Akwẽ – TO. Neste recorte, nos deteremos em uma pergunta de pesquisa, com o fim de dialogar com as inquietações de um indígena, que traz a resistência como lema. Até onde a marginalização cultural e a discriminação com os indígenas cerceiam a educação de qualidade? Não pretendemos respostas, mas sim trazer à tona inquietações de um acadêmico indígena Akwẽ Xerente e também professor que vivencia e percebe no cotidiano como o povo indígena é exposto no convívio com os não indígenas. É uma pesquisa qualitativa embasada na Constituição Federal de 1988, e conta com os seguintes autores: Krenak (2019); Baniwa (2013); Ferreira, (2004) e Freire (1996). Como resultado do estudo, apresenta-se o diálogo que convida os leitores a resistir com a palavra. Essa é uma das minhas aspirações.

Palavras-Chave: Akwẽ; Marginalização; Discriminação.

Abstract: This article originates from a master's thesis entitled "The Portuguese Language: Challenges and Paths of Akwẽ Xerente Indigenous Students in Undergraduate Courses at the Federal University of Tocantins/Porto Nacional Campus – TO." In this excerpt, we will focus on a research question, aiming to engage with the concerns of an Indigenous person who embraces resistance as a motto: To what extent do cultural marginalization and discrimination against Indigenous people hinder quality education? We do not seek answers, but rather to highlight the concerns of an Akwẽ Xerente Indigenous student and professor who experiences and perceives daily how Indigenous people are exposed in their interactions with non-Indigenous people. This is a qualitative research based on the 1988 Federal Constitution and draws on the following authors: Krenak (2019); Baniwa (2013); Ferreira (2004); and Freire (1996). As a result of the study, a dialogue is presented that invites readers to resist with words. This is one of my aspirations.

Keywords: Akwẽ; Marginalization; Discrimination

¹ Mestre em Letras e Doutorando em Letras pelo PPGLetras da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Recebido em 10/10/2025

Aprovado em 18/12/2025

Introdução

Defrontamento à educação enquanto indígena: uma perspectiva necessária para um olhar de ensino indígena

Akwẽ Msnã Sikwawi Tê Kmãdkâ Rowahtuze Hã: Krda Nmipar Wẽ Pubumã Akwẽ Nmĩ Rowahdu Tmẽ Kromãdkâ Wamhuire Da

A educação é um sistema de ensino que molda, lapida, modifica e enriquece a cultura. Dessa forma, ela constitui um direito fundamental de todos os seres humanos. No entanto, para uma parcela da população, esse direito tem sido negado por ações que privilegiam aqueles que já possuem vantagens e recursos. Para os povos indígenas, esse direito à educação encontra-se fragilizado, tanto no que diz respeito à apropriação do ensino não indígena quanto na oferta de uma educação de qualidade. As assistências destinadas a promover um ensino mais eficaz são, muitas vezes, escassas no contexto da educação indígena.

Muitas das vezes, é o enfrentamento partindo do próprio esforço dos indígenas, mesmo sabendo que terá bastante conflito durante a aprendizagem. Nesse aspecto, Krenak (2019, p. 33), menciona que *“a educação precisa ser um espaço de respeito às diferenças, capaz de reconhecer e valorizar os modos diversos de existir de cada povo.”*

Com isso, posso dizer que enfrentar os desafios para obter uma educação de qualidade é uma batalha contínua e levará um bom tempo para prover melhoria no qual se vê em direitos legais. Neste trabalho momentâneo, pretendo explorar os obstáculos múltiplos que os povos indígenas enfrentam em seu caminho para a educação e algumas das estratégias para tentar superá-los. É pertinente dispor que os povos indígenas Xerente é o meu objeto de pesquisa, de forma específica, no tocante de grupos de estudantes que vão a encontro com o conflitante que é a Universidade. Em consonância, me torno como parte dessa participação, tanto como pertencente ao povo, como sujeito das vivências acadêmicas. Ademais, elevo as ponderações que envolvem as questões em que os indígenas se deparam e enfrentam.

Além das dificuldades estruturais (mudança de localidade), os estudantes indígenas enfrentam desafios simbólicos e culturais que influenciam negativamente no

desempenho acadêmico. A falta valorização da língua materna, dos saberes tradicionais e das práticas culturais é frequentemente deixada de lado, ocasionando a sensação de invisibilidade, tornando a permanência e o sucesso acadêmico ainda mais desafiador e muitas vezes doloroso.

Diante disso, nota-se a necessidade de políticas públicas articuladas que promovam a valorização cultural dentro do sistema educacional. É essencial que docentes, gestores e a sociedade em geral reconheçam o direito dos povos indígenas a uma educação de qualidade, capaz de respeitar sua cultura e história, fortalecendo assim sua identidade e seus saberes ancestrais.

Desta forma, este artigo se debruça sobre questões em que urge o debate sobre os seguintes aspectos: Marginalização cultural; Estratégias para superar a marginalização cultural; Acessos limitados dos indígenas à educação de qualidade; Discriminação e estigmatização com os indígenas; Conflitos entre conhecimento tradicional e educação ocidental; Conflitos entre conhecimento tradicional e educação ocidental; Estratégias que emergem do nosso caminhar e por fim, as considerações finais nos convidam a resistir com a palavra.

Os autores e documento legal que embasam o estudo são: Constituição Brasileira (1988); Krenak (2019); Baniwa (2013); Ferreira, (2004) e Freire (1996).

Marginalização cultural Akwē Dat Krsaksê Mnō Romkmādkâ Nā

Neste ponto, exploram-se os impactos da marginalização cultural na educação indígena e destacam-se estratégias para superar esse desafio, identificado como impactos da Marginalização Cultural. A injustiça cultural representa um dos desafios mais significativos enfrentados pelos povos indígenas, principalmente em sua busca por uma educação de qualidade. Assim, esboça-se um cenário de desprezo cultural, no qual os povos indígenas são, de fato, obrigados a lidar com uma educação estruturada segundo a cultura alheia, para obter sua inserção e maestria na sociedade brasileira. De imediato, evidencia-se a questão da perda de Identidade.

A marginalização cultural nas instituições educacionais pode levar os jovens indígenas a se sentirem desconectados de suas raízes culturais, línguas e tradições, resultando na perda de identidade e no enfraquecimento dos laços comunitários de seus povos. Assim, ocorre essa alienação para com os povos indígenas a qual pertencem, o povo

Xerente-Akwẽ. Tendo como exemplo específico o meu envolvimento com a instituição, tornou-me ter a identidade ambígua. Como reforça Baniwa (2013, p. 72), *“a luta dos povos indígenas por educação é, ao mesmo tempo, uma luta por direitos, por reconhecimento e por fortalecimento das identidades coletivas”*.

Ensinar conteúdos que não correspondem às suas próprias ligações culturais induz à exclusão de identidade. Acredito que o sistema educacional não deve tratar o indígena como um não indígena. Pensando na preservação e conservação da identidade cultural, a criação de uma universidade indígena representaria um instrumento educacional significativo. A aprendizagem para o indígena sempre foi difícil de executar o “fazer”: a escola não indígena é um exemplo claro, exigindo do estudante que saiba realizar exatamente o que é solicitado no momento da exposição de conteúdo. Como destaca Krenak (2019, p. 33), *“a educação precisa ser um espaço de respeito às diferenças, capaz de reconhecer e valorizar os modos diversos de existir de cada povo”*.

Baixa autoestima e desengajamento escolar têm sido práticas recorrentes entre os alunos indígenas diante do ensino voltado ao conhecimento ocidental. Acredito que, assim como eu, outros já passaram pelas mesmas sensações, e sinto isso a todo momento quando estou inserido em um ambiente que aborda uma realidade que não condiz com a minha. Quando a cultura indígena não é reconhecida nem valorizada no contexto escolar, os alunos podem enfrentar baixa autoestima, sentindo-se marginalizados e desvalorizados. Isso, acredito, contribui para o desengajamento escolar e o abandono dos estudos, algo que tenho presenciado na desistência de muitos de meus parentes indígenas, tanto de outros povos quanto do povo Akwẽ.

A marginalização cultural também pode resultar na reprodução de ideias preconcebidas, e isso é prejudicial sobre os povos indígenas, perpetuando assim a discriminação e o preconceito dentro e fora da sala de aula. O brasileiro em sua maioria, é um povo que gera informações equivocada de um indígena, ainda mais naquilo que não toca a sua imaginação, isto é, quando um indígena possui um bem material que não é da cultura indígena, de imediato eleva falas do tipo: “um índio com um celular”, esses discursos afetam a moral do indígena e reforçam o preconceito, tornando ainda mais desafiador o processo. Por isso, é de grande importância dialogar sobre esses impasses, com intuito de buscar alternativas que priorizem combater essas falas, bem como promover a inclusão e a valorização da diversidade cultural.

Já é complicado ter que conviver com ideias exageradas, e ainda ter que lidar com questionamentos e não aceitação do que um indígena usa ou deixa de usar. Em virtude disso, é de grande importância que coloquemos em pauta esses impasses para elucidar a respeito de que os nativos dessa terra combatem, no entanto, é preciso (re)pensar em políticas públicas que possam ir de encontro aos anseios indígenas. Refletindo sobre esse assunto, constatei que é notório, que necessita ter esses critérios para defrontar a marginalização cultural. Diante dessa realidade, percebemos que é possível que aconteça, mas enquanto não se concretiza, lutemos perante a idealização.

Estratégia para superar a marginalização cultural **Dasimãzusi Sigmã Kahõs Pinuma Akwẽ Dat Krsaksê Mnõ Romkmãdkâ Nã**

A melhor maneira a se adotar com intuito de amenizar e traçar rumo com excelência está relacionada em manter e melhorar o currículo cultural. É necessário desenvolver e programar um currículo que incorpore os conhecimentos, tradições e perspectivas dos povos indígenas, proporcionando uma educação cultural pertinente e significativa. Um dos critérios que visa bastante à fluidez de uma boa relação entre o professor e o aluno indígena é a formação de professores com o olhar à cultura. Com esse requisito, a formação passa a oferecer o desenvolvimento profissional para professores que os capacite a compreender e respeitar a diversidade cultural dos alunos indígenas, promovendo um ambiente escolar inclusivo e acolhedor.

Outro ponto relevante é a participação da comunidade. Incluir as comunidades indígenas no processo educacional, valorizando seus conhecimentos e experiências tradicionais, além de envolvê-las nas tomadas de decisão relacionadas à educação de seus filhos, é algo crucial. A celebração da diversidade indígena enfrenta, muitas vezes, a rejeição, pois a diferença ainda é vista por alguns como algo estranho ou ameaçador. Uma forma de superar esse olhar excludente é a implementação de programas e cursos voltados para as causas indígenas. Nesse sentido, a parceria com a comunidade indígena torna-se essencial, uma vez que, por meio da promoção de eventos, atividades e programas que celebrem e valorizem a diversidade cultural, fortalece-se o incentivo ao respeito e à compreensão intercultural entre todos os alunos.

Conforme Ferreira, (2004, p. 474), a palavra diferença se compreende do latim *differentia*, cujo significado é qualidade de diferente; falta de semelhança ou igualdade. Com isso, podemos concluir que vai a sentido contrário ao de identidade, onde os

indígenas possuam credencial cultural diferente. Deste modo, concluo dizendo que a marginalização cultural na educação indígena representa não apenas uma injustiça social, mas também uma perda para toda a sociedade em termos de diversidade cultural e conhecimento. Ao reconhecer e enfrentar esse desafio, torna-se possível construir coletivamente um sistema educacional que respeite e valorize a identidade e os direitos dos povos indígenas, promovendo, assim, maior equidade e justiça educacional para todos.

Acessos limitados dos indígenas à educação de qualidade Akwẽ Zas Pisi Rowahtu Psê Zawre Tmẽ

Conforme assegura a Constituição Brasileira de 1988, o acesso à educação é um direito fundamental, entretanto, para os povos indígenas, esse direito ainda encontra inúmeros obstáculos para se efetivar. Essa discussão envolve tanto as causas quanto as consequências do acesso limitado à educação entre as populações indígenas, além de refletir sobre possíveis soluções. Entre os principais fatores que dificultam esse acesso, destaca-se o isolamento geográfico: muitas comunidades indígenas vivem em áreas de difícil acesso, como florestas e regiões montanhosas, o que compromete a construção e a manutenção de escolas, bem como o deslocamento dos estudantes que necessitam frequentar universidades.

No que se refere às condições de infraestrutura, observa-se que o transporte inadequado constitui um dos maiores obstáculos à escolarização indígena. A ausência de transporte escolar obriga muitas crianças a percorrer longas distâncias a pé, o que, em diversos casos, resulta na evasão ou mesmo na impossibilidade de frequentar a escola. Em muitas aldeias, as unidades de ensino ainda funcionam em estruturas precárias, com paredes de palha e chão de terra batida, revelando a falta de investimento em instalações adequadas. Em regiões da Terra Indígena Xerente e Funil, a situação é ainda mais crítica, uma vez que em algumas localidades sequer existem escolas. As poucas instituições construídas em alvenaria não conseguem atender à demanda, pois não há transporte disponível para estudantes que residem a 30 ou 40 quilômetros de distância. Essa realidade evidencia a precariedade e a insuficiência de recursos destinados à educação indígena.

As escolas indígenas enfrentam, com frequência, a carência de livros, materiais escolares e docentes qualificados. A questão da língua e da cultura é central nesse

contexto, uma vez que a maioria dos currículos está estruturada prioritariamente na língua portuguesa e fundamentada em valores da cultura ocidental, relegando as línguas e saberes indígenas a um lugar secundário. Soma-se a isso a escassez de professores com formação em nível superior atuando nas escolas das aldeias, o que compromete a qualidade do ensino oferecido. É necessário refletir sobre a atuação desses profissionais não qualificados e, sobretudo, considerar que a ausência de professores bilíngues e culturalmente sensíveis evidencia a urgência de uma formação específica e adequada para responder às demandas da educação indígena.

Em minhas reflexões e apresentações acadêmicas, tenho destacado que as possíveis soluções para enfrentar os obstáculos presentes no ensino indígena se tornariam mais consistentes por meio da implementação efetiva da Educação Bilíngue e Intercultural nas instituições de ensino superior, sustentada por um currículo inclusivo. Nesse sentido, o desenvolvimento e a revisão de currículos que incorporem as línguas e culturas indígenas configuram-se como medidas fundamentais para favorecer o engajamento e o desempenho acadêmico dos estudantes.

Reitero que a formação docente é essencial, sobretudo no que se refere à capacitação em metodologias de ensino bilíngue e intercultural. Além disso, estratégias voltadas à construção e manutenção de escolas nas áreas indígenas, acompanhadas de investimentos na melhoria da infraestrutura já existente, são indispensáveis. A ampliação do acesso a materiais didáticos e tecnológicos, bem como a criação de programas de sensibilização para o combate ao preconceito, também se apresentam como ações cruciais para a promoção de uma educação mais equitativa e respeitosa.

A participação comunitária constitui um elemento central na construção do ensino tradicional, uma vez que insere os próprios sujeitos indígenas como protagonistas no processo de gestão escolar e na definição de currículos alinhados às suas realidades socioculturais e ao desenvolvimento do estudante indígena. Entretanto, o acesso limitado à educação para esses povos permanece como uma questão complexa, demandando soluções integradoras e inclusivas. Nesse cenário, a valorização das culturas indígenas, o fortalecimento da infraestrutura educacional e o enfrentamento do preconceito configuram-se como medidas essenciais para assegurar uma educação de qualidade e equitativa.

Nota-se a falta de políticas públicas específicas que visem superar os obstáculos históricos que dificultam o acesso dos povos indígenas a uma educação de qualidade. A

ausência de ações contínuas e articuladas, que garantam que a educação seja não apenas um direito formal, mas uma realidade efetiva para todos os estudantes indígenas, evidencia a necessidade de estratégias voltadas à valorização das identidades indígenas e ao respeito à diversidade, especialmente diante dos inúmeros desafios e lutas que persistem.

Discriminação e estigmatização com os indígenas Darmê Kâtô Dasimãzus Kunê Akwê Kwãimbra

Em geral, os povos indígenas no Brasil enfrentam uma longa história de discriminação e estigmatização, resultante de processos coloniais, políticas de assimilação e preconceitos que existem e persistem. É um problema sério que tem sido presente ao longo da história e tem perpetuado até os dias de hoje. As comunidades indígenas enfrentam, de forma recorrente, preconceitos e estereótipos negativos, que se somam a processos de exclusão social e marginalização decorrentes de sua identidade cultural, de suas línguas e de seus modos de vida.

Nesse esboço, pretendo explorar as causas, manifestações e consequências da discriminação e pensamento negativo com relação aos indígenas, além de discutir estratégias para combatê-las. É evidente que a causa da discriminação e o ato de rotular os indígenas com ideia perversa vêm de uma história colonial e políticas de assimilação. A colonização Europeia trouxe políticas de subjugação e aculturação dos povos indígenas, criando uma base histórica de discriminação para com os povos indígenas. Assim como as políticas governamentais que buscaram integrar os indígenas à cultura dominante, fizeram desvalorizar as culturas e línguas indígenas.

É importante reconhecer e combater a discriminação e estigmatização dos povos indígenas, promovendo a valorização de suas culturas, tradições e conhecimentos, respeitando seus direitos humanos e apoiando sua autodeterminação e desenvolvimento sustentável. Como aponta Baniwa (2013, p. 72), “a luta dos povos indígenas por educação é, ao mesmo tempo, uma luta por direitos, por reconhecimento e por fortalecimento das identidades coletivas.”

Existem várias medidas que podem ser adotadas para combater a prática de julgamento negativo sobre os povos indígenas e promover a inclusão e respeito por suas culturas e direitos. Assim sendo, destaco algumas possíveis soluções. A primeira é nosso envolvimento em espaços da sociedade brasileira, nos setores trabalhistas ou meios

sociais, para que a nossa voz seja ouvida com nossas versões da verdade. Pouco se tem feito quanto à conscientização em espaços escolares não indígenas, nesse sentido, como ressalta Krenak (2019, p. 33), “a educação precisa ser um espaço de respeito às diferenças, capaz de reconhecer e valorizar os modos diversos de existir de cada povo,” sendo essencial promover a educação intercultural nas escolas e comunidades para informar e sensibilizar a população sobre a história, cultura e realidade dos povos indígenas.

O fortalecimento da autonomia indígena constitui elemento fundamental no processo de reparações significativas para as comunidades originárias, pois sustenta a autodeterminação dos povos, permitindo-lhes gerir seus territórios e recursos conforme suas tradições e valores. Outro aspecto crucial é a efetivação de políticas mais eficientes e rigorosas no combate à violência, discriminação e racismo, uma vez que, apesar da existência de programas e legislações voltados a essa finalidade, sua aplicação ainda não tem ocorrido com a seriedade e severidade necessárias para garantir segurança e proteção. Nesse sentido, a educação, a conscientização, a inclusão social e o diálogo intercultural configuram-se como pontos-chave para a superação dos desafios e para a construção de sociedades mais justas e igualitárias.

Conflitos entre conhecimento tradicional e educação ocidental

Mê Sisdakbâkô Romkmâdkâ Akwê Tê Kâtô Romkmâdâ Rowahtu Nã Annâkurbo Tê Hã

Este esquema de argumentação aborda o conflito entre o conhecimento tradicional e a educação ocidental, identificando suas características, importâncias e desafios. Além disso, ele explora as raízes históricas e as perspectivas culturais e valores em conflito, bem como o impacto desse conflito na educação e no desenvolvimento pessoal. O esquema apresenta estratégias para promover a integração e a harmonia entre esses dois sistemas de conhecimento, enfatizando a importância de encontrar um equilíbrio entre eles. Esse embate entre conhecimento tradicional e educação ocidental tende a ser muitas vezes o precursor a percepção lenta do desenvolvimento de saberes indígenas.

A educação, enquanto prática de liberdade, deve buscar o diálogo entre diferentes formas de conhecimento, reconhecendo e valorizando as experiências culturais de cada indivíduo. No entanto, o sistema educacional tradicional tende a desconsiderar saberes que não se alinham à lógica dominante, impondo um modelo único que submete o aluno a aprender de acordo com normas e valores que muitas vezes contrariam sua realidade. Para que o aprendizado seja significativo, é necessário que se construa uma ponte entre o conhecimento acadêmico e os saberes populares ou tradicionais, permitindo que o estudante reconheça sua própria história, cultura e identidade,

ao mesmo tempo em que se apropria das competências exigidas pela sociedade mais ampla (Freire, 1996, p. 72-73).

O conhecimento tradicional está condicionado a essas pontas principais; a. Definição e características, b. Importância e vantagens, c. Desafios e limitações.

O choque entre conhecimento tradicional e educação ocidental também este ligado a: a. Raízes históricas do conflito, b. Perspectivas culturais e valores em conflito, c. Impacto do conflito na educação e no desenvolvimento pessoal. Sendo assim, é preciso parâmetros para promover a integração e a harmonia, o reconhecimento e respeito pela diversidade cultural. Além disso, o diálogo intercultural e intergeracional revela-se imprescindível, assim como o desenvolvimento de currículos e programas educativos inclusivos, especialmente em contextos universitários e escolares em que ainda não estejam implementados. Essas iniciativas devem priorizar as culturas próprias dos povos indígenas, garantindo-lhes centralidade no processo educativo. Nesse sentido, a busca por um equilíbrio entre o conhecimento tradicional e a educação ocidental constitui uma aliança fundamental para a construção de práticas pedagógicas mais justas e representativas.

Estratégias que emergem do nosso caminhar Dasimãzus Krêhã Krê wairbe Wanim Bdâdi Hawim Hã

Ao longo da caminhada acadêmica, desenvolvemos formas próprias de aprender e usar o português sem nos descaracterizar de quem somos. São estratégias construídas na luta diária, nas trocas entre parentes, nas reflexões que fazemos sobre nossa presença nos cursos de graduação em Porto Nacional. Algumas dessas estratégias incluem:

- **Escrever como se estivéssemos contando uma história para os mais novos da aldeia**, com respeito, pausa e intenção;
- **Inserir palavras da língua Akwê nos textos acadêmicos**, explicando seu significado, para mostrar que há conceitos e formas de pensar que o português não alcança;
- **Buscar autores indígenas para nos inspirar**, como Krenak, Potiguara, Munduruku, entre outros, que escrevem com o coração na aldeia e os olhos no mundo;

- **Criar redes entre estudantes indígenas**, onde revisamos textos, lemos juntos, e nos ajudamos a superar as barreiras impostas pela escrita formal;
- **Participar de projetos de extensão, seminários, rodas de conversa**, levando a nossa fala para outros espaços, sem renunciar ao nosso modo de ser.

Essas estratégias são também nossas formas de reexistência. Não queremos apenas estar na universidade, mas estar com sentido. Queremos aprender, sim, mas também ensinar. E a nossa fala mesmo quando escrita em português carrega a força dos nossos cantos, dos nossos rituais, da nossa terra.

As estratégias individuais de reexistência, embora fundamentais, não podem ser dissociadas da necessidade de políticas institucionais que reconheçam e apoiem efetivamente a presença indígena nas universidades. Ou seja, essas estratégias que desenvolvemos ao longo de nossa caminhada acadêmica revelam uma criatividade que nasce da necessidade. Cada obstáculo encontrado se transforma em uma oportunidade de inovação, cada barreira linguística ou cultural se converte em um convite para encontrar novos caminhos de expressão e comunicação.

Uma das estratégias mais poderosas que descobrimos é a criação de redes de apoio que transcendem as fronteiras étnicas. Aprendemos a identificar professores e colegas que demonstram abertura para compreender nossas especificidades, e com eles construímos alianças que fortalecem nossa permanência na universidade. Esses aliados se tornam tradutores culturais, ajudando-nos a navegar pelos códigos acadêmicos enquanto respeitam nossa identidade.

Também desenvolvemos a habilidade de alternar entre diferentes registros discursivos conforme o contexto. Em apresentações formais, utilizamos a linguagem acadêmica esperada, mas sempre encontramos formas sutis de inserir nossa perspectiva indígena. Em determinadas conversas, permitimos que nossa oralidade natural emergja, criando espaços de conforto onde podemos ser plenamente nós mesmos.

Aspectos para não concluir

Reexistir com a palavra

Damrê Nã Waza Krwa Hêmbra Prê

Em minha perspectiva, a língua Akwê permanece viva, sustentada tanto por registros documentais quanto pelo engajamento de numerosas pessoas engajadas em

enriquecer e preservar a língua nativa. Ressalto que o uso da língua portuguesa pelos indígenas Akwẽ constitui um ato político: não implica submissão, mas afirmativa de posição. Trata-se de afirmar: “estamos aqui, falamos, escrevemos e resistimos”. Nesse contexto, a língua portuguesa pode representar tanto uma barreira quanto uma ponte, desde que sua utilização seja determinada de forma consciente e autônoma pelos próprios sujeitos indígenas.

Aos parentes que enfrentam desafios semelhantes e aos estudantes indígenas que percorrem esse caminho, deixo a seguinte orientação: aprendam a língua portuguesa, mas não permitam que ela apague a língua herdada de seus avós. Escrevam com coragem e expressem-se com firmeza. É fundamental reconhecer que nossas formas de falar, narrar e escrever possuem valor intrínseco, mesmo quando não se enquadram nos padrões acadêmicos convencionais. Reexistir implica falar, escrever e apropriar-se da língua do outro, transformando-a em um território de afirmação cultural e identidade própria.

Essa reexistência com a palavra significa compreender que cada fala e cada escrita carregam a memória ancestral, reforçando a continuidade de um povo que não se deixa silenciar. Falar e escrever, seja em Akwẽ ou em português, é afirmar a identidade coletiva, é tornar visível a presença indígena em espaços antes negados ou invisibilizados. É lembrar os sentidos da língua de nossos ancestrais, pois nenhuma tradução apaga a memória viva que permanece em nós. A palavra, nesse sentido, não é apenas comunicação, mas também instrumento de luta, resistência e afirmação cultural.

Reexistir, portanto, é ocupar os espaços (acadêmicos) sem abandonar a própria raiz. Dessa forma, cada estudante indígena que toma a palavra reafirma sua história, amplia sua voz e fortalece sua comunidade. Reexistir com a palavra é garantir que a língua Akwẽ continue viva, sem perder sua força, sem deixar de ser o que é: um território de pertencimento.

Reexistir com a palavra significa compreender que nossa voz carrega consigo gerações de resistência e sabedoria. Cada vez que falamos em público, não estamos apenas expressando opiniões pessoais, mas dando continuidade a uma linhagem de conhecimento que se manteve viva apesar de séculos de tentativas de silenciamento. A palavra, para nós, não é apenas um instrumento de comunicação, mas um ato sagrado de manutenção da memória coletiva. Quando contamos nossas histórias em sala de aula, quando explicamos nossos rituais em trabalhos acadêmicos, quando defendemos nossos

direitos em fóruns universitários, estamos praticando uma forma ancestral de educação que se baseia na transmissão oral do conhecimento.

Essa compreensão sagrada da palavra nos torna mais conscientes sobre o poder e a responsabilidade que carregamos. Sabemos que nossas falas podem abrir caminhos para outros jovens indígenas que virão depois de nós, assim como podem desconstruir preconceitos e estereótipos que limitam a compreensão da sociedade sobre nossos povos. Reexistir com a palavra também implica em criar vocabulários, novas formas de nomear experiências que a língua portuguesa ainda não consegue expressar adequadamente. Quando falamos sobre "saudade da aldeia" ou "tempo circular" ou "conhecimento do coração", estamos expandindo as possibilidades expressivas da língua, criando pontes semânticas entre diferentes universos culturais.

Nossa palavra se torna, assim, um território de liberdade onde podemos ser nós mesmos enquanto dialogamos com o mundo acadêmico. É através da palavra que mantemos viva nossa identidade, que construímos pontes com outros saberes, que projetamos futuros possíveis onde a diversidade epistêmica seja não apenas tolerada, mas celebrada como riqueza fundamental da humanidade.

Referências

- BANIWA, Gersem. *Educação escolar indígena no Brasil: avanços, limites e novas perspectivas*. Brasília: MEC/SECAD, 2013.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988. 292 p.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.